

DESIGUALDADE

Estudo revela que um terço da população sobrevive com renda mensal de até R\$ 79

Brasileiros miseráveis somam 33%

RIO — Os miseráveis do Brasil somam 33% da população e têm renda mensal abaixo de R\$ 79. A erradicação da pobreza seria possível com a contribuição mensal de R\$ 14 de cada brasileiro que está acima da linha de pobreza, o que daria uma receita de R\$ 2 bilhões por mês para investimentos em programas sociais. O cálculo consta do Mapa do Fim da Fome II, divulgado ontem pela [Fundação Getúlio Vargas, Sesc-Rio e pela organização não-governamental Ação da Cidadania](#).

O estudo localiza a miséria em cada unidade da federação, detalha as condições sócio-econômicas e mostra que a pobreza agora se espalhou pelas grandes cidades, enquanto na década passada estava concentrada nas periferias. "As grandes cidades foram atingidas pela crise social dos anos 90 e agora faltam políticas públicas integradas para resolver os dois principais problemas, que são a violência e o desemprego", avalia o economista Marcelo Nery, coordenador da pesquisa.

O estudo mostra a relação direta do desemprego com a fome e a pobreza. Nas favelas do Rio de Janeiro, o índice de desemprego atinge 19% da população. No estado, a taxa é de 9%. Ainda sobre as favelas cariocas, a pesquisa destaca que a

Rocinha, a maior da América Latina e palco da guerra de traficantes de drogas nos últimos 10 dias, tem o nível de escolaridade mais baixo do Rio e a quarta menor renda da cidade.

■ DIRCEU DEFENDE O FIM DA DESIGUALDADE

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmou ontem que os países da América Latina precisam reduzir as desigualdades sociais, independentemente das restrições orçamentárias e das dificuldades econômicas. "Sem reduzir as desigualdades sociais, não vale a pena governar, e a política econômica não terá nenhum fim ético", disse o ministro, durante a abertura de um seminário, promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Palácio do Itamaraty.

Em seu discurso, o ministro salientou que os governos e os estados têm a obrigação de gastar melhor e com mais eficiência os recursos destinados à área social. Ele ressaltou as dificuldades orçamentárias e de obtenção de empréstimos internacionais pelos países latino-americanos. Para Dirceu, o controle dos gastos deve ser rígido. "Deve ser um controle duplo, com participação popular e institucional", disse o ministro.

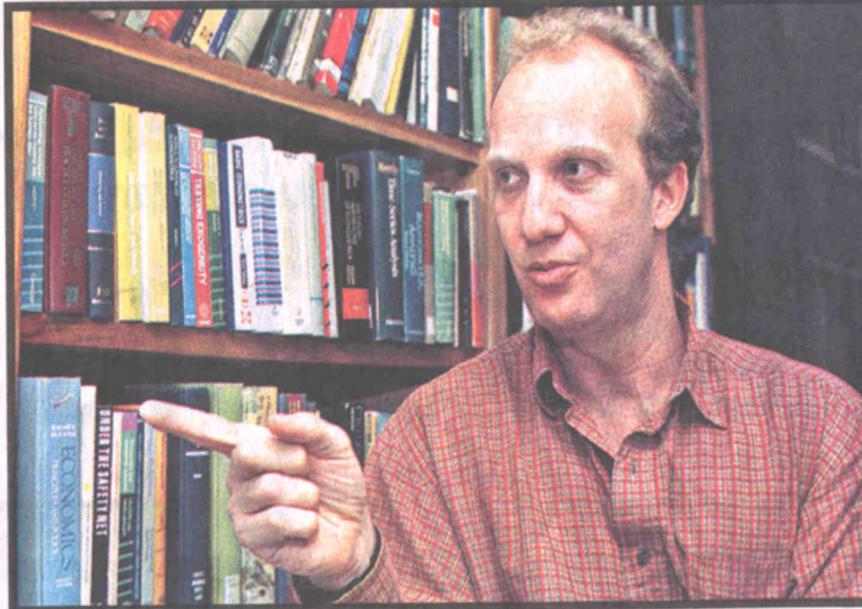
Dirceu propôs a criação de

um observatório latino-americano de interesse público, para avaliar os investimentos em projetos de programas de redução das desigualdades. Esse observatório, segundo o ministro, poderia ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "Então vamos poder avançar na política social, apesar das restrições orçamentárias e das dificuldades de cada país", disse.

O secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, reforçou a afirmação de Dirceu. "A superação das dificuldades é estratégica para o Brasil. Se isso não acontecer, os problemas se acumularão de forma irreversível", disse Guimarães.

Já o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, falou sobre a experiência do governo brasileiro. Ele ressaltou que, no Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva optou por unificar os programas sociais. "Sempre houve má gestão dos programas sociais neste País", afirmou.

Pouco antes de deixar o Palácio do Itamaraty, o ministro José Dirceu foi questionado por jornalistas sobre o novo valor do salário mínimo. Ele evitou fazer comentários. Pouco depois, no corredor de acesso à garagem do prédio, Dirceu disse: "Salário mínimo, só quando eu fui office-boy".



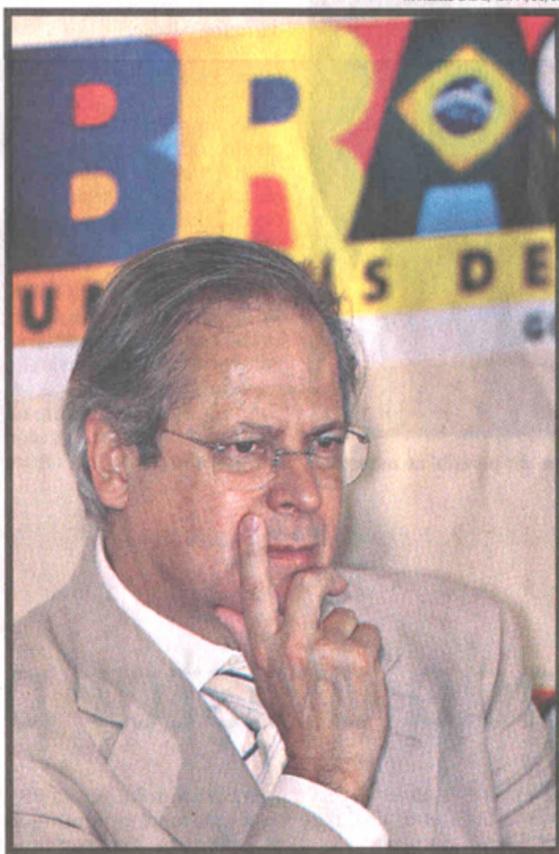
O economista Marcelo Nery diz que faltam políticas públicas de combate à violência e ao desemprego

“

Sem reduzir as desigualdades sociais, não vale a pena governar e a política econômica não terá nenhum fim ético

”

■ José Dirceu,
ministro-chefe da Casa Civil



Para José Dirceu, os governos têm a obrigação de gastar melhor

“

A superação das dificuldades é estratégica para o Brasil. Se isso não acontecer, os problemas se acumularão

”

■ Samuel Pinheiro Guimarães,
secretário-geral do Itamaraty

MARCELLO CASAL/ABR 14/08/03